

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 30/2023, em que é recorrente **Gilson Alex dos Santos Vieira** e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 137/2023

(Autos de Amparo 30/2023, Gilson Alex dos Santos Vieira v. STJ, Inadmissão por Inexistência Manifesta de Violação de Direito, Liberdade e Garantia)

I. Relatório

1. O Senhor Gilson Alex dos Santos Vieira interpôs recurso de amparo, impugnando o *Acórdão STJ 113/2023, de 3 de julho*, relacionando, para tanto, argumentos que se pode sumarizar da seguinte forma:

1.1. Quanto aos factos,

1.2. Na sequência da sua detenção e apresentação ao tribunal criminal competente para a legalização da prisão no dia 6 de junho de 2020, deu entrada a um pedido de *habeas corpus* e tendo sido julgado, interpôs recurso para o Tribunal da Relação de Sotavento, seguidamente para o Supremo Tribunal de Justiça e, por fim, impetrou recurso de amparo para o Tribunal Constitucional.

1.2.1. Alega que o o que designa de “primeiro recurso de *habeas corpus*”, intentado após a sua detenção e subsequente legalização, foi indeferido pelo STJ e que, no *Recurso de Amparo 20/2020*, foi-lhe negado o amparo, bem como a medida provisória solicitados;

1.2.2. Num outro recurso de amparo que interpôs, da decisão do STJ que negou provimento ao seu recurso, apesar de o mesmo ter sido admitido, o Tribunal Constitucional também não lhe concedeu a medida provisória de restituição à liberdade;

1.2.3. Segundo parece querer deixar a entender, o Tribunal Constitucional não teria notificado, nem a ele, pessoalmente, nem ao seu advogado constituído, da decisão “definitiva” relativa ao *Recurso de Amparo nº 11/2022*;

1.3. No seu entender, tendo sido detido no dia 6 de junho de 2020, já teria sido ultrapassado o prazo limite de 36 (trinta e seis) meses de prisão preventiva consagrado na Constituição da República de Cabo Verde (CRCV) e, por isso, encontra-se preso ilegalmente, devendo ser imediatamente restituído à liberdade. Por essa razão, diz ter intentado nova providência de *habeas corpus* que, no entanto, foi indeferida pelo *Acórdão STJ 139/2023*, de 3 de julho, apesar de a ter fundamentado com base no disposto na alínea d) do art.º 18 do Código de Processo Penal (CPP) em vigor.

1.4. Termina o seu arrazoadado rogando a esta Corte Constitucional que lhe:

1.4.1. Conceda o amparo de restabelecimento do seu direito à liberdade, revogando, desta forma, o acórdão do STJ que indeferiu o pedido de *habeas corpus*;

1.4.2. Requer ainda “que seja o STJ oficiado para juntar aos autos a certidão de todo o processo de recurso de Habeas Corpus nº 37/2023, caso se entenda necessário, para se avaliar e decidir no âmbito deste Recurso de Amparo Constitucional”;

1.4.3. Junta dois documentos.

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12 da Lei n.º 109/IV/94 de 24 de outubro, foram os autos com vista ao Ministério Público para a emissão de parecer sobre a admissibilidade do recurso, tendo-o feito S. Excia. o Sr. Procurador-Geral da República, articulando os seguintes argumentos:

2.1. O recurso mostrar-se-ia tempestivo;

2.2. O requerimento pareceria cumprir as disposições dos artigos 7º e 8º da Lei do amparo, com exceção do disposto no nº 2 do artigo 8º, tendo em conta que o pedido de amparo formulado não parece obedecer ao requisito de assertividade que essa norma impõe.

2.3. Não lhe parece que o pedido para que seja revogada uma decisão judicial (*Acórdão STJ 139/2023, de 3 de julho*) integre as finalidades legais cabíveis a um recurso de amparo constitucional contra essa mesma decisão judicial, tendo em conta as linhas de competências decisórias previstas no artigo 25º da Lei de Amparo, nomeadamente no seu nº 1.

2.4. Entende por isso que deve o recorrente aperfeiçoar o seu requerimento, clarificando os termos do pedido e, conseqüentemente, a sua concreta pretensão de amparo constitucional.

2.5. Parecem-lhe estar esgotadas as vias ordinárias de recurso, tendo em conta que a decisão recorrida pertence ao órgão supremo dos tribunais judiciais;

2.6. Os direitos fundamentais cuja violação o requerente alega e imputa ao acórdão recorrido, constituiriam direitos, liberdades e garantias reconhecidos na Constituição como suscetíveis de amparo.

2.7. Não lhe constaria que o Tribunal Constitucional tenha rejeitado, por decisão transitada em julgado, um recurso com objeto substancialmente igual.

2.8. É de parecer que, sem prejuízo do aperfeiçoamento quanto ao(s) concreto(s) pedido(s) de amparo, que o recurso interposto preenche os demais pressupostos de admissibilidade.

3. Marcada sessão de julgamento para o dia 31 de julho, nessa data se realizou, com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC, dela decorrendo a decisão que se segue acompanhada dos fundamentos articulados *infra*.

II. Fundamentação

1. Do ponto de vista constitucional, o recurso de amparo é concebido como um direito fundamental de “requerer ao Tribunal (...) a tutela de (...) direitos, liberdades e garantias, constitucionalmente reconhecidos”, e também como um meio “de tutela de direitos, liberdades e garantias”, consagrando-se a sua dupla-natureza subjetiva e objetiva.

1.1. Direito este que é delimitado materialmente, na medida em que destinado à proteção direta de apenas uma das três categorias de direitos fundamentais previstas pela Lei Fundamental. Seriam os denominados direitos, liberdades e garantias, tanto os individuais, como os de participação política e de exercício da cidadania e, arguivelmente, os dos trabalhadores. É verdade que se estende para recobrir os direitos análogos a direitos liberdades e garantias ou que portem características específicas com dimensões individuais e civis como, respetivamente, os direitos de proteção judiciária (*Acórdão 6/2017, de 21 de abril, Maria de Lurdes v. STJ, sobre pedido de desistência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 898-903, 5; *Acórdão 9/2017, de 8 de junho, Martiniano Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 925-929, e); *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, e); *Acórdão 24/2017, de 9 de novembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 78, 22 de dezembro de 2017, pp. 1692-1698, e); *Acórdão 12/2018, de 7 de junho, CIMA v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, Decisão de admissibilidade, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, b; *Acórdão 16/2018, de 28 de julho, Luigi Zirpoli v. TJCP*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, pp. 1298-1302, e); *Acórdão 17/2018, de 26 de julho, Amândio Vicente v. TRS*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 51, 3 de agosto de 2018, pp. 1328-1333, e); *Acórdão 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre o direito de acesso aos tribunais*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 2; *Acórdão 3/2019, de 24 de janeiro, Ramiro Rodrigues v. TRB*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, 13 de março de 2019, pp. 480-486, e); *Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do*

direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente amparo ordinário por tribunal judicial, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, p. 36-42, 2.1) e o direito à propriedade privada (*Acórdão 30/2019, de 30 de agosto, Atlantic Global Asset Management v. PGR, sobre violação do direito à propriedade privada, da garantia de juiz, da iniciativa privada e dos direitos à defesa, ao contraditório e de acesso às provas da acusação*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1766-1789); ou ainda para situações que envolvam camadas de proteção essenciais que remetam a certos direitos, liberdades e garantias como a vida ou a integridade pessoal. Porém, fora desses casos, com a tendencial não-inclusão dos direitos económicos, sociais e culturais e dos direitos de grupos vulneráveis que não portem características de direitos, liberdades e garantias, e também de princípios constitucionais objetivos, como, em diversos momentos, este Tribunal já decidiu (*Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 20.1; *Acórdão 29/2017, de 5 de dezembro, Ovídio de Pina v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, 1 de fevereiro de 2018, pp. 75-93, 20.1; *Acórdão 06/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, de 11 de abril de 2018, pp. 495-505, 2; *Acórdão 27/2018, de 20 de dezembro, Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178, 2.1.1). Por conseguinte, trata-se de um recurso especialmente desenhado para proteger uma categoria especial de direitos que goza de regime de tutela mais intenso: os direitos, liberdades e garantias.

1.2. E que fica processualmente condicionado ao esgotamento das vias ordinárias de recurso, opção da qual resulta um figurino constitucional que produz diversos efeitos.

1.2.1. Desde logo, a conceção de que todos os tribunais cabo-verdianos são tribunais de proteção de direitos, nos termos da sua respetiva jurisdição, cabendo efetivar

essa tutela através dos processos ordinários desenhados pela lei, dos processos especiais previstos pela Constituição como o *Habeas Corpus* ou o recurso contencioso administrativo, ou daqueles que venham a ser definidos pelo legislador, nos termos do artigo 22, parágrafo sexto, segundo o qual “[p]ara a defesa dos direitos, liberdades e garantias individuais, a lei estabelece procedimentos judiciais céleres e prioritários que assegurem a tutela efetiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses mesmos direitos, liberdades e garantias” (*Acórdão nº 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente de amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, 5.1.3).

1.2.2. E, em consequência, a subsidiariedade do recurso de amparo, recurso constitucional de natureza especial, ao qual só se pode lançar mão, depois de se explorar os mecanismos que correm perante os tribunais ordinários para que estes possam conhecer e garantir a tutela desses mesmos direitos.

1.3. E caracterizado pelo seu informalismo, urgência e sumariedade, conforme decorre da alínea b) do artigo 20, segundo a qual ele “pode ser requerido em simples petição, tem caráter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade”.

1.4. Por conseguinte, está-se perante um direito fundamental e um recurso constitucional desenhado especialmente para a proteção de direitos, liberdades e garantias, que pode ser utilizado subsidiariamente quando os meios ordinários de tutela de direitos que correm os seus trâmites perante os tribunais judiciais ou outros, a existirem, falham. Tais características impõem que a própria lei de processo constitucional que desenvolve os procedimentos atinentes ao recurso de amparo seja interpretada como uma lei restritiva de direito cujo figurino básico se deve manter dentro dos confins dos números 4 e 5 do artigo 17 da Constituição, ainda que parte do regime possa ser legitimamente fixado pelo legislador em razão da remissão à lei (“nos termos da lei”), desde que não se atinja de modo ilegítimo as características essenciais do instituto impostas pelo próprio dispositivo constitucional (“e com observância [obrigatória, diga-se] do disposto nas alíneas seguintes (...)).”

2. As exigências da peça de recurso de amparo são as consagradas nos artigos 7º e 8º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, os quais impõem, respetivamente, que:

2.1. A petição seja:

2.1.1. Interposta através de simples requerimento, com indicação expressa de que o recurso tem a natureza de amparo;

2.1.2. Devidamente fundamentada; e

2.1.3. Entregue na Secretaria do Tribunal Constitucional.

2.2. Quanto ao que a lei designa de “fundamentação do recurso”, exige-se que o recorrente, através da peça,

2.2.1. Identifique a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão, bem como os interessados a que o provimento do recurso possa diretamente beneficiar ou prejudicar, havendo-os;

2.2.2. Indique com precisão “o ato, facto ou a omissão” que, na sua opinião, violou os seus direitos amparáveis;

2.2.3. Indique com clareza quais deles terão sido vulnerados, “com a expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados”;

2.2.4. Exponha resumidamente as razões de facto que fundamentam o pedido, bem como “formul[e] conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição”;

2.2.5. Esta deverá “terminar com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades ou garantias violados”, devendo vir acompanhada dos “documentos que julgar pertinentes e necessários para a procedência do pedido”.

2.3. O objeto dessas disposições é determinar o modo de interposição e definir a estrutura da peça processual, de tal sorte que, de forma célere e simplificada, se permita ao Tribunal Constitucional identificar os elementos constitutivos da súplica para que possa decidir sobre a sua admissibilidade, sobre eventuais medidas provisórias aplicáveis e, subseqüentemente, sobre o seu mérito.

2.3.1. De um lado, através da facilitação do acesso a esses elementos que decorreriam do modo de organização da peça e da entrega direta no Tribunal Constitucional;

2.3.2. Do outro, pelo facto de se impor um determinado conteúdo à mesma, na medida em que, do ponto de vista do número 1 do artigo 8º, primeiro, remete-se, através das alíneas a) e b); para a identificação das condutas lesivas (“ato, facto ou a omissão”) e para o órgão do poder público ao qual podem ser imputadas (“a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão”); segundo, por meio da alínea c), aos direitos, liberdades e garantias vulnerados por aquelas (“indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais”) e às disposições onde estariam alojados ou os princípios de onde podem ser inferidos (“com a expressa menção das normas ou princípios constitucionais que entendem terem sido violados”); terceiro, nos termos do número 2 da mesma disposição, à explicitação do amparo que se pretende para se remediar a eventual lesão (“a petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados”). A argamassa que ligaria esses três elementos decorreria dos fundamentos de facto e de direito que justificam a petição, como também se impõe apresentar, conforme o disposto nas alíneas d) e e) do parágrafo primeiro da primeira disposição.

2.3.3. A regra é que, do ponto de vista da articulação da petição de amparo, deve haver o estabelecimento de uma ligação lógica entre cada conduta impugnada, as posições jurídicas decorrentes do(s) direito(s) que ela vulnera e o amparo adequado para a remediar através da fundamentação. O que se tem verificado até agora é que na maior parte dos casos, isso é muito deficientemente articulado, lançando-se para a peça de recurso, sem grande precisão e racionalização, uma pluralidade de condutas a que globalmente se imputam violações de um conjunto diversificado de direitos, e remetendo-se para

amparos genéricos ou impossíveis. O Tribunal Constitucional desde o *Acórdão n.º 10/2017, de 8 de junho, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 929-933, b), tem tolerado a interposição de vários amparos que não cumprem essas exigências qualitativas, considerando que a disposição deve ser lida sempre de forma compatível ao direito constitucional ao amparo, no sentido de que “mais importante que o rigor formal é a inteligibilidade do que se expõe e se requer”. Mas, a duras penas, considerando a grande dificuldade que se tem para se compreender o que se impugna, o que se pede e os fundamentos que suportam as petições. A Corte Constitucional continuará – transitoriamente – aberta a privilegiar as admissibilidades, suprimindo, ela própria, eventuais deficiências das peças, mas, depois de vários anos de prática do amparo em Cabo Verde, é preciso entrar numa nova fase mais exigente, sustentada numa melhor qualificação.

2.3.4. Na situação vertente, pode-se dizer que, no geral, o recorrente, além de ter apresentado a sua peça na secretaria deste Tribunal, indicando expressamente que se trata de um recurso de amparo, incluiu uma exposição das razões de facto que a fundamentam e integrou um segmento conclusivo resumindo por artigos os fundamentos de facto e de direito que suportam os seus pedidos.

2.3.5. Dito isto, embora seja difícil entender bem qual é a específica conduta do Supremo Tribunal de Justiça – assente, em princípio, nalguma interpretação concreta que tenha aduzido para lhe negar o *habeas corpus* suplicado – *in extremis* consegue-se entender que pretende atacar esse indeferimento por alegadamente estar ilegalmente preso, uma vez que privado da sua liberdade desde 6 de junho de 2020, terá sido ultrapassado o prazo máximo previsto pela Lei Fundamental para tanto.

3. A pretensão do recorrente é tão ostensivamente mal fundada que o Tribunal Constitucional, dando de barato que todos os pressupostos gerais estejam presentes, nomeadamente da competência, legitimidade e tempestividade e sem se dar ao trabalho de avaliar o preenchimento dos demais, pode concluir desde já que manifestamente não existe qualquer violação de direito, liberdade e garantia e que este recurso se funda em pressupostos notoriamente inexistentes, cujo trajeto denota o grave defeito de o recorrente

vir ocupar dois tribunais superiores em períodos particularmente exigentes com demandas de proteção de direitos absolutamente frívolas. Se não vejamos:

3.1. O recurso nasce de um pedido de *habeas corpus* em que o recorrente indica como entidade responsável pela sua prisão ilegal o próprio Tribunal Constitucional,

3.1.1. Quando este órgão judicial não tem poderes para determinar a privação de liberdade de ninguém, e quando o que o artigo 20 do Código de Processo Penal menciona é “a entidade responsável pela prisão” e não uma qualquer entidade responsável por putativa violação, o que decididamente não é a mesma coisa;

3.1.2. Procedendo desta forma gera-se situação juridicamente insustentável em que, na prática, no seu requerimento de *habeas corpus* de 28 de junho passado, que sintomaticamente chama de “recurso”, o ora recorrente pede, de um ponto de vista material, amparo ao Supremo Tribunal de Justiça contra alegada conduta lesiva que atribui ao Tribunal Constitucional (“Assunto: *Habeas Corpus* em virtude de prisão ilegal; entidade responsável: Tribunal Constitucional”);

3.1.3. Não tendo o mesmo sido deferido, vem agora pedir amparo ao Tribunal Constitucional em relação a conduta supostamente vulneradora de direitos do Egrégio Supremo Tribunal de Justiça que não reparou direitos inicialmente violados pelo Tribunal Constitucional!

3.1.4. Há de se convir que isso não faz sentido nenhum!

3.2. Ademais, ancorando-se em premissa inexistente: a de que o recorrente se encontrava preso preventivamente há mais de trinta e seis meses, o que é insustentável, independentemente da sugestão que faz na sua peça de que nem ele, nem o seu advogado, foram notificados da decisão referente ao Recurso de Amparo 11/2022.

3.2.1. Não só porque não tramitando no Tribunal Constitucional processos penais, mas processos constitucionais, regulados por legislação própria, e não por aquelas que disciplinam os processos-pretexto, nenhuma decisão de amparo havia de ser notificada ao recorrente, a menos que tivesse sido ele a subscrever o pedido;

3.2.1. Mas também porque é completamente irrelevante a decisão que se proferiu em relação ao mérito desse recurso de amparo em função dos efeitos decorrentes da própria decisão de admissibilidade – o *Acórdão 27/2022, de 24 de junho, Gilson Alex dos Santos Vieira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N, 94, 28 de setembro de 2022, pp. 1916-1921 – ao afastar as condutas que, de alguma forma, pudessem ter algum efeito sobre a liberdade do recorrente, quando decidiu “[n]ão admitir a conduta que, na perspetiva do impetrante, se traduziu na omissão de notificação do Despacho que pronunciou os coarguidos e lhe impediu de exercer o direito ao contraditório em relação aos factos que lhes foram imputados, por se afigurar manifestamente inviável, (...)”;

3.2.2. Daí este Tribunal ter rejeitado a medida provisória de libertação imediata requerida pelo mesmo, persistindo apenas a possibilidade – entretanto afastada em julgamento realizado por este Tribunal com a presença do Ilustre mandatário do recorrente no dia 21 de julho de 2023 e vertida para o *Acórdão 129/2023, de 01 de agosto, Gilson Alex dos Santos Vieirav. STJ, sobre o direito de defesa, com foco no direito ao contraditório*, Rel: JC Aristides R. Lima, ainda não-publicado – de poder se encontrar violação do “direito de defesa, vertente exercício do contraditório, relativamente ao confisco de bens que o recorrente afirma pertencer-lhe”;

3.2.3. Repetindo-se o que o próprio acórdão de admissibilidade já havia sustentado, ao dizer que “a questão do confisco de seus bens não tem ligação direta com o restabelecimento do direito à liberdade sobre o corpo”, tal hipótese nunca poderia gerar qualquer efeito sobre a condenação do recorrente.

3.3. De resto, como esta Cúria já havia assentado através do *Acórdão 27/2019, de 9 de agosto, Ayo Abel Obire v. STJ, sobre violação da liberdade sobre o corpo e da garantia de não se ser mantido em prisão preventiva por mais de trinta e seis meses*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N, 100, 24 de setembro de 2019, pp.1596-1608, 3.4, adotado por unanimidade, ao proclamar que “sendo interposto um recurso de amparo não se pode constituir qualquer caso julgado parcial, nem muito menos haverá, nos limites da conduta impugnada pelo recorrente em amparo, trânsito em julgado de decisão impugnada. Pelos fundamentos utilizados, a parte impugnada que transita em

julgado, ou seja, o não trânsito em julgado da decisão estaria relacionado com o próprio âmbito do recurso de amparo. Assim, questões decididas pelo tribunal recorrido e não impugnadas em sede de amparo, estariam, em tese, definitivamente resolvidas, a menos que por alguma razão estivessem abrangidas direta ou indiretamente pelo âmbito do recurso de amparo. Pois, na verdade, até pode acontecer que determinada conduta não tenha sido impugnada, mas a questão pode não transitar em julgado se estiver lógica, natural ou funcionalmente abrangida pelo âmbito da conduta recorrida. Naturalmente, a impugnação de uma conduta central, mesmo que não esteja relacionada com o fundo da questão, poderia impedir o trânsito em julgado de uma questão, nomeadamente se os efeitos daquela irradiassem de tal forma nesta que obstassem o seu trânsito em julgado. Entretanto, fora dessas situações, por força do princípio da segurança jurídica, uma questão decidida e não impugnada, em sede de recurso de amparo, transita em julgado e se torna definitivamente estatuída. Porém, incidindo o pedido impugnatório sobre a própria conduta que conduz à privação da liberdade ou podendo gerar qualquer efeito a esse nível, a sua interposição obsta a que a decisão recorrida nesta parte adquira qualquer definitividade, impedindo efeitos sobre o estatuto jurídico-processual do arguido/recorrente”.

3.4. Se essa tese foi aplicada a um momento anterior a decisão de não-admissão, quando esta já existe no sentido de se ter rejeitado pedido de amparo por não preenchimento de pressupostos de admissibilidade todas as condutas que pudessem incidir sobre a liberdade ambulatoria, limitando-se a reter para apreciação no mérito questão de natureza puramente patrimonial, o único efeito que desse recurso de amparo podia resultar portaria a mesma natureza. Logo, em relação aos trechos da decisão do Egrégio Supremo Tribunal de Justiça lavrada no *Acórdão 17/2022*, que confirmaram a culpa do recorrente e a pena que lhe foi aplicada, considerando improcedente as suas alegações de condenação baseada em indícios vagos, existência de nulidades processuais, na ilegalidade da separação das culpas e no excesso da pena aplicável, independentemente da diferença de posição entre os dois tribunais sobre os efeitos da interposição de recursos de amparo sobre o trânsito em julgado das decisões dos tribunais judiciais, constituiu-se um caso julgado parcial, do qual resulta a definitividade desses segmentos e, conseqüentemente, transformando o estatuto do recorrente de preso preventivo no de condenado.

3.4.1. Se isso ocorreu com o decurso do prazo para a colocação de incidentes pós-decisórios no Supremo Tribunal de Justiça ou com o trânsito em julgado de decisão do Tribunal Constitucional que não admitiu o recurso de amparo, com a constituição de coisa julgada parcial resultante de admissão parcial ou não estima no mérito pedido concreto de amparo, é irrelevante neste caso;

3.4.2. Pois, mesmo a tese mais benéfica para o recorrente e que esta Corte inevitavelmente reafirma de isso ocorrer nas últimas circunstâncias identificadas, constituiu-se um caso julgado parcial em relação à sua condenação desde que a decisão de não admissão desses pedidos se torne inimpugnável, precisamente a situação que se tem entre mãos;

3.4.3. Nos termos do artigo 16, parágrafo terceiro, da Lei do Amparo e do *Habeas Data* nas vinte e quatro horas subsequentes à sua notificação. No caso concreto, o recorrente foi notificado do *Acórdão 27/2022, de 24 de junho, Gilson Alex dos Santos Vieira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, no dia 29 de junho de 2022, e este transitou em julgado no dia 30 de junho de 2022, nos termos dessa disposição de processo constitucional. Sendo assim, desde esse momento, a sua sentença condenatória é definitiva e impassível de ser atacada por qualquer meio ordinário ou especial de proteção de direitos.

4. Em suma,

4.1. Trata-se de situação em que manifestamente não há violação de direito, liberdade e garantia, devendo, à luz da alínea e) do artigo 16 da Lei do Amparo e do *Habeas Data* ser liminarmente rejeitado,

4.2. Devendo ter o mesmo destino o pedido de decretação de medidas provisórias formulado, nos termos do *Acórdão 21/2018, de 16 de outubro, Cleidir Smedo v. Diretor da Cadeia Central da Praia e Ministra da Justiça*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 68, de 25 de outubro de 2018, p. 1648-1655; *Acórdão 04/2019, de 24 de janeiro, Eduina Ferreira v. Tribunal Judicial da Comarca do Paul*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, de 13 de março de 2019, p. 484-490, d); *Acórdão 22/2019, de 27 de junho, Elton Dias v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo,

publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 79, de 22 de julho de 2019, p. 1227-1232, d); *Acórdão 40/2019, de 11 de outubro, António Veiga e Outros v. PGR*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, de 14 de janeiro de 2020, p. 121-131, d); *Acórdão 44/2019, de 20 de dezembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, de 14 de janeiro de 2020, p. 151-155, d); *Acórdão 26/2020, de 09 de julho, Vanda de Oliveira v. TJCSV*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 139, de 23 de dezembro de 2020, p. 2152-2157; *Acórdão 28/2020, de 24 de julho, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 139, de 23 de dezembro de 2020, p. 2168-2172, d); *Acórdão 57/2020, de 27 de dezembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 16, de 12 de fevereiro de 2021, p. 565-573, d); *Acórdão 29/2021, de 03 de junho, António Veiga e Outros v. PGR*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim oficial* N. 88, de 16 de setembro, p. 2264-2270, d); *Acórdão 34/2021, de 11 de junho de 2021, Anilson Silva v. CSMJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim oficial* N. 88, de 16 de setembro, p. 2299-2305, d); *Acórdão 40/2021, de 14 de setembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, de 15 de outubro de 2021, p. 2571-2579, III; *Acórdão 41/2021, de 14 de setembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, de 15 de outubro de 2021, p. 2580-2590, III; *Acórdão 45/2021, de 06 de 22 outubro, Amadeu Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, de 15 de outubro de 2021, p. 2604-2610, III, *Acórdão 51/2021, de 25 novembro, Pedro Veiga v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 5, de 17 de janeiro de 2022, p. 95-99, III, *Acórdão 56/2021, de 06 de dezembro, Ognochukwo Barros v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 5, de 17 de janeiro de 2022, p. 121-126, III.; *Acórdão 12/2022, de 8 de março, António Monteiro v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 30, de 5 de abril de 2022, p. 909-916, III.; *Acórdão 18/2022, de 19 de abril, Ivan Jorge Fernandes v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 65, de 1 de julho de 2022, p. 1590-1596, III; e *Acórdão 39/2022, de 28 de outubro, Tecnicil Imobiliária v. PGR*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n.º 2, de 5 de janeiro de 2023, p. 42-49, III, na medida em que a não-admissão do recurso de amparo, prejudica a avaliação do pedido de decretação de medida provisória.

III. Decisão

Pelo exposto, os juízes do Tribunal Constitucional reunidos em plenário decidem não admitir o recurso de amparo, ordenando o seu arquivamento, e negar a concessão da medida provisória.

Registe, notifique e publique.

Praia, 7 de agosto de 2023

José Pina Delgado (Relator)

Aristides R. Lima

João Pinto Semedo

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, 7 de agosto de 2023

O Secretário,

João Borges